



ANEXO III DO PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Tipo de Requerimento de Intervenção Ambiental	Núm. do Processo	Data Formalização	Unidade do SISEMA responsável pelo processo
Dispensado Licenc. Ambiental	08040000954/19	03/12/2019 14:00:06	NUCLEO SALINAS

2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

2.1 Nome: 00327180-6 / SANDRO GONÇALVES DE SÁ		2.2 CPF/CNPJ: 053.534.546-18	
2.3 Endereço: RUA CINCO, 48		2.4 Bairro: CAMPO VERDE	
2.5 Município: NOVORIZONTE		2.6 UF: MG	2.7 CEP: 39.568-000
2.8 Telefone(s): (38) 9916-6520	2.9 E-mail:		

3. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

3.1 Nome: 00327180-6 / SANDRO GONÇALVES DE SÁ		3.2 CPF/CNPJ: 053.534.546-18	
3.3 Endereço: RUA CINCO, 48		3.4 Bairro: CAMPO VERDE	
3.5 Município: NOVORIZONTE		3.6 UF: MG	3.7 CEP: 39.568-000
3.8 Telefone(s): (38) 9916-6520	3.9 E-mail:		

4. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL

4.1 Denominação: Fazenda Dois Irmaos		4.2 Área Total (ha): 17,6032	
4.3 Município/Distrito: RIO PARDO DE MINAS/		4.4 INCRA (CCIR):	
4.5 Nº registro da Posse no Cartório de Notas:		Livro:	Folha: Comarca: RIO PARDO DE MINAS
4.6 Coordenada Plana (UTM)	X(6): 773.250	Datum: SIRGAS 2000	
	Y(7): 8.236.750	Fuso: 23L	

5. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO IMÓVEL

5.1 Bacia hidrográfica: rio Pardo	
5.2 Conforme o ZEE-MG, o imóvel está () não está (X) inserido em área prioritária para conservação. (especificado no campo 11)	
5.3 Conforme Listas Oficiais, no imóvel foi observada a ocorrência de espécies da fauna: raras (), endêmicas (), ameaçadas de extinção (); da flora: raras (), endêmicas (), ameaçadas de extinção () (especificado no campo 11).	
5.4 O imóvel se localiza () não se localiza (X) em zona de amortecimento ou área de entorno de Unidade de Conservação. (especificado no campo 11).	
5.5 Conforme o Mapeamento e Inventário da Flora Nativa do Estado, 56,21% do município onde está inserido o imóvel apresenta-se recoberto por vegetação nativa.	
5.6 Conforme o ZEE-MG, qual o grau de vulnerabilidade natural para o empreendimento proposto? (especificado no campo 11)	
5.7 Bioma/ Transição entre biomas onde está inserido o imóvel	Área (ha)
Cerrado	17,6032
Total	17,6032
5.8 Uso do solo do imóvel	Área (ha)

5.9 Regularização da Reserva Legal – RL				
5.10 Área de Preservação Permanente (APP)				Área (ha)
5.10.1 APP com cobertura vegetal nativa				0,6559
5.10.3 Tipo de uso antrópico consolidado		Agrosilvipastoril		
		Outro:		
6. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA E PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
Tipo de Intervenção REQUERIDA		Quantidade	Unidade	
Supressão da cobertura vegetal nativa COM destoca		5,0047	ha	
Tipo de Intervenção PASSÍVEL DE APROVAÇÃO		Quantidade	Unidade	
Supressão da cobertura vegetal nativa COM destoca		5,0047	ha	
7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
7.1 Bioma/Transição entre biomas				Área (ha)
Cerrado				5,0047
7.2 Fisionomia/Transição entre fisionomias				Área (ha)
Cerrado				5,0047
8. COORDENADA PLANA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
8.1 Tipo de Intervenção	Datum	Fuso	Coordenada Plana (UTM)	
			X(6)	Y(7)
Supressão da cobertura vegetal nativa COM destoca	SIRGAS 2000	23K	773.000	8.236.620
9. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA				
9.1 Uso proposto	Especificação			Área (ha)
Agricultura				5,0047
Total				5,0047
10. DO PRODUTO OU SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
10.1 Produto/Subproduto	Especificação	Qtde	Unidade	
LENHA FLORESTA NATIVA		264,34	M3	
10.2 Especificações da Carvoaria, quando for o caso (dados fornecidos pelo responsável pela intervenção)				
10.2.1 Número de fornos da Carvoaria:		10.2.2 Diâmetro(m):		10.2.3 Altura(m):
10.2.4 Ciclo de produção do forno (tempo gasto para encher + carbonizar + esfriar + esvaziar):				(dias)
10.2.5 Capacidade de produção por forno no ciclo de produção (mdc):				
10.2.6 Capacidade de produção mensal da Carvoaria (mdc):				

11. ESPECIFICAÇÕES E ANÁLISE DOS PLANOS, ESTUDOS E INVENTÁRIO FLORESTAL APRESENTADOS

5.6 Especificação grau de vulnerabilidade:Média.

12. PARECER TÉCNICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS

Parecer

Proc. 08040000954/19

1. Histórico:

" Data da formalização: 03/12/2019

" Data do pedido de informações complementares: 00/00/0000

" Data de entrega das informações complementares: 00/00/0000

" Data da emissão do parecer técnico: 08/04/2020

2. Objetivo:

É objeto de esse parecer analisar a intervenção com supressão de vegetação nativa, com destoca, para uso alternativo do solo em área de 5,0047há de Cerrado, inserido no Bioma Cerrado, para desenvolver atividades de agricultura. O empreendedor/responsável é Sr. Sandro Gonçalves de Sá, portador no CNPF nº 053.534.546-18, proprietário da Fazenda Dois Irmãos, localizada no município de Rio Pardo de Minas/MG.

3. Caracterização do Imóvel/empreendimento:

3.1 Imóvel Rural

O imóvel denominado Fazenda Dois Irmãos, localizada zona rural no município de Rio Pardo de Minas/MG, possui uma "DECLARAÇÃO DE POSSE" área de 17,6032ha, correspondente a 0,352064 módulos fiscais, emitida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas/MG, datado de 07/08/2018, em nome de Sandro Gonçalves de Sá, portador do CNPF nº 053.534.546-18.

3.2 Cadastro Ambiental

-Número do registro:MG-3155603-A212.D2DE.B57E.4404.8241.5901.6A5F.E613

- Área total: 17,6032ha

-Área de reserva legal: 3,5355ha

-Área de Preservação Permanente: 1,0624ha

Área de uso antrópico consolidado: 3,4565ha

Qual a situação da área de reserva legal:

(x) A área está preservada:3,6355.ha.

() A área está em recuperação:ha

() A área deverá ser recuperada:.....ha

(x) Proposta no CAR () Averbada () Aprovada e não averbada

Qual a modalidade da área de reserva legal:

* (x) Dentro do próprio imóvel * () Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade * () Compensada em imóvel de outra titularidade.

Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: Possui um único fragmento.

Parecer sobre o CAR:

A Reserva Legal é composta de 3,5355ha, devidamente cadastrada junto ao Cadastro Rural Ambiental – CAR em 02/08/2018, formulário anexo ao Processo 08040000954/19.

Observações:* Fica APROVADA a demarcação da Reserva Legal, conforme Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no CAR, datado de 02/08/2018, em cumprimento a Instrução de Serviço Conjunta nº01/2014- SEMAD/IEF, à Lei 12.651/12 e a Lei 20.922/2013 em uma área de 3,5355ha de Cerrado.

4. Intervenção ambiental requerida:

O município de Rio Pardo de Minas/MG, apresenta 56,21% % de cobertura de vegetação nativa.

A propriedade em questão apresenta 86,25% cobertura de vegetação nativa de Cerrado, Floresta Estacional Decidual e Semidecidual com fitofisionomia de Cerrado, sendo que 0,885ha localizada dentro da propriedade supracitada foi autuada por desmate ilegal sem a devida autorização ambiental do órgão competente, área não passível de intervenção ambiental por trata-se de Floresta Estacional Decidual inserido na disjunções do Bioma Mata Atlântica lei 11.428/2006, conforme AI nº186803/2018 data

de 03/08/2018 anexo ao Proc. 08040000091/19, onde foram apreendidos 65 estéreos de lenha nativa, que ficaram espalhados no local, sob a responsabilidade do autuado o Sr. Sandro Gonçalves de Sá , portador do CNPF nº 053.534.546-18.

O empreendedor requer a intervenção em uma área de 5,0047há de vegetação de Cerrado, inserido no Bioma Cerrado, conforme demarcação em planta anexo ao processo 08040000954/19, para desenvolver atividades de agricultura.

O rendimento de material lenhoso, segundo PUP, é estimado é 264,34m3 de lenha nativa.

4.1. Das eventuais restrições:

Conforme o Zoneamento Ecológico do Estado de Minas (ZEE), a área requerida para intervenção ambiental apresenta as seguintes características:

- Vulnerabilidade Natural: Média;
- Vulnerabilidade do Solo à Erosão: Baixa;
- Integridade da Fauna: Baixa;
- Integridade da Flora: Muito Baixa.

4.2. Características socioeconômias e licenciamento do imóvel:

Atividades desenvolvidas: Agricultura.

Atividades licenciadas:

Classe do empreendimento: Insignificante

Critério locacional: o

Modalidade de licenciamento: Não passível

Numero do documento:

4.3. Vistoria realizada:

4.3.1. Características físicas:

Topografia: A propriedade apresenta relevo caracterizado como variando plano com presença mais acentuada ao longo das barrocas existente no interior da propriedade

Solo: Tipo de solo predominante é o Latossolo Vermelho Distrófico, Latossolo Amarelo Distrófico.

Hidrografia: A propriedade em questão está inserida na micro bacia do Córrego Cabeceirão, afluente do Córrego Vereda Funda, contribuinte à margem direita do Ribeirão Santana, margem direita pertencente a Bacia Hidrográfica do RIO PARDO.

4.2.2. Características biológicas:

Vegetação: A propriedade predomina a vegetação está Cerrado, Florestal Estacional Decidual, disjunções do no Bioma Mata Atlântica lei 11.428/2006, Florestal Estacional Semidecidual, inserido no Bioma Cerrado.

Fauna: Espécies animais: Veado, tatu, siriema, coelho, cobras e pequenos répteis, etc.

Flora: Espécies vegetais: amargoso, araca, cabriuna, canela de velha, monjolo, mussambé, pau d'água, murici, sucupira,etc.

4.4. Alternativa técnica e locacional:

4.5- Possíveis Impactos Ambientais e medidas mitigadoras:

Os possíveis impactos ambientais que serão gerados coma atividade de desmatamento são: Erosão e compactação do solo, alteração da diversidade da flora local e redução da capacidade de suporte para a fauna, estes impactos negativos. Porém com a atividade alteração do uso do solo, há também impactos positivos com : Geração de empregos, melhoria da infra estrutura sócio-econômica da propriedade e da região.

5. Medidas compensatórias:"

5.1. Relatório de cumprimento de Condicionantes: (se for o caso de áreas já autorizadas)

6. Análise Técnica:

7. Conclusão:

Por fim, a equipe técnica sugere pelo DEFERIMENTO dessa solicitação de intervenção ambiental com alteração do uso do solo, com destoca, em uma área de 5,0047ha de Cerrado com objetivo de implantação de projeto de agricultura na Fazenda Dois Irmãos, localizada no município de Rio Pardo de Minas/MG, pertencente a o Sr. Sandro Gonçalves de Sá , portador do CNPF nº 053.534.546-18.

O rendimento do material lenhoso é 264,34m3 de lenha nativa com aproveitamentos de tocos e raízes.

8. Condicionantes

9. Validade:

Prazo recomendado para o vencimento do DAIA, três anos.

Legislação: Lei Florestal de Minas Gerais 20.922/13;

Lei 14.309/02. Resolução SEMAD/IEF nº1905 de 12/08/2013.

As principais medidas mitigadoras a serem observadas pelo o proprietário com relação Intervenção Ambiental são as seguintes:

Obs.: CONDICIONANTE SISTEMA SINAFLO: O empreendedor fica responsável pela inserção de toda a documentação referente ao processo físico e ou informações complementares no projeto cadastrado no SINAFLO, inclusive com saneamento das pendências apontadas no projeto, sob pena de suspensão deste DAIA.- Respeitar os limites da Reserva Legal, conforme demarcação em planta anexa ao processo;- Conservar aceiros em torno da propriedade;- Proibido o uso do fogo sem prévia autorização do órgão competente;- Adotar todas as técnicas de conservação e uso do solo. Obs. :* Informar a Polícia Ambiental de Taiobeiras o INÍCIO e TÉRMINO da intervenção ambiental na propriedade em questão.*Prazo máximo para solicitar a prorrogação do DAIA é 60 dias antes do vencimento da mesma, caso necessite.

13. RESPONSÁVEL (IS) PELO PARECER TÉCNICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)

HELIO ALVES DO NASCIMENTO EM AE - MASP: 595460-7

14. DATA DA VISTORIA

quinta-feira, 5 de março de 2020

15. PARECER JURÍDICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS

Processo n.º 08040000954/19

Requerente: Sandro Gonçalves de Sá

Município: Rio Pardo de Minas/MG

Núcleo Operacional: Salinas/MG

PARECER

Trata-se de requerimento de intervenção ambiental para supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em 5,0047hectares de Cerrado, inserido no Bioma Cerrado com o objetivo de projeto de agricultura na Fazenda Dois Irmãos, localizada no município de Rio Pardo de Minas. A intervenção foi requerida pelo Ser. Sandro Gonçalves de Sá, portador CPF n 053.534.546-18.

O presente pedido se justifica tendo em vista a competência do IEF – Instituto Estadual de Florestas, nos termos do artigo 43, I do decreto 47.344, que dispõe:

Art. 43 – A Coordenação Regional de Controle Processual tem como competência coordenar a tramitação de processos administrativos de competência da unidade regional do IEF, bem como prestar assessoramento às demais unidades administrativas em sua área de abrangência, respeitadas as competências da Procuradoria do IEF, com atribuições de:

I - realizar o controle processual relativo aos processos administrativos de autorização para intervenção ambiental de empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento ambiental simplificado ou não passíveis de licenciamento ambiental, de forma integrada e interdisciplinar, bem como demais processos administrativos na sua área de abrangência.

O imóvel rural, cuja área total é de 17,6032hectares, denominado Fazenda Dois Irmãos, localizada no município de Rio Pardo de Minas/MG, onde foi apresentada Declaração de Posse em nome de Sandro Gonçalves de Sá assinada pelos confrontantes e pelo presidente do Sindicato Rural local.

Apresentou, também, Cadastro Ambiental Rural – CAR da propriedade, nos termos do art. 63 da Lei 20.922/13, o qual foi devidamente aprovado pelo analista ambiental.

O parecer técnico sugeriu o deferimento da intervenção ambiental na área requerida.

Registra-se que em razão da supressão de vegetação ocorrerá rendimento de material lenhoso, ao qual deve ser dada destinação devida, observando o determinado no parecer técnico.

O processo foi protocolizado no Núcleo de Salinas, tendo o requerente apresentado todos os documentos necessários. Dessa forma, preenchidos os requisitos formais. Se autorizada, ressalte-se, a supressão deverá obedecer ao estabelecido pelo parecer técnico.

De resto, o objeto do pedido e a documentação acostada aos autos encontram-se em conformidade com a Lei Estadual nº 20.922/13, Resolução Conjunta SEMAD/IEF Nº 1.905 de 2013 e legislação aplicável à espécie, não encontrando, a priori, impedimento jurídico que inviabilize a sua concessão.

Por fim, fica determinado o pagamento dos emolumentos referentes ao presente processo, bem como da taxa florestal, requisitos

para expedição da DAIA.

Conclusão:

Diante do exposto, sugere-se a concessão da intervenção ambiental para supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em 5,0047 hectares de Cerrado com o objetivo de projeto de agricultura devendo ser observados os limites nele propostos, lembrando ao empreendedor que o descumprimento das medidas mitigadoras e compensatórias é um ato passível de autuação.

Ressalta-se que a emissão da DAIA em apreço não dispensa nem substitui a obtenção pelo requerente de outras licenças legalmente exigíveis.

É o parecer, s.m.j.

16. RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)
--

PRISCILA RUAS LOPES - 147885

17. DATA DO PARECER

segunda-feira, 11 de maio de 2020
